



Câmara Municipal de Cajamar

Estado de São Paulo

PROJETO DE LEI Nº 61, DE 12 DE MAIO DE 2025

“REVOGA A LEI Nº 1.265, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2007, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

Art. 1º. Fica inteira e expressamente revogada a Lei nº 1.265, de 5 de dezembro de 2007.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução da presente correrão por conta de dotações próprias consignadas no orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Plenário Ver. Waldomiro dos Santos – 12 de maio de 2025.

MESA DIRETORA

EDIVILSON LEME MENDES
Presidente

ALEXANDRO DIAS MARTINS
1º Secretário

IZELDA GONÇALVES CARNAÚBA CINTRA
2ª Secretária

FLAVIO MARQUES ALVES
3º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE CAJAMAR

PROTOCOLO	DATA / HORA	USUÁRIO
1672/2025	12/05/2025 14:42:22	120.XXX.XXX-12

Av. Prof. Walter Ribas de Andrade, 555 – CEP: 07.750-000 – Cajamar – SP.
Tel/Fax: 4446-6148 / 4446-6420 / 4446-6844 / 4446-6866 / 4446-6066
www.camaracajamar.sp.gov.br e-mail: cmdc.juridico@terra.com.br

CÂMARA MUNICIPAL DE CAJAMAR
Incluído no expediente da sessão Ordinária
Realizada em 14 / maio / 2025
Despacho: Encaminhar 10 cópias aos
Vereadores, Comissão e Juízes
EDIVILSON LEME MENDES
Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE CAJAMAR
Incluído no expediente da sessão Ordinária
Realizada em 28 / maio / 2025
Despacho: Encaminhar 10 cópias aos
Vereadores, Comissão e Juízes
EDIVILSON LEME MENDES
Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE CAJAMAR
APROVADO em discussão e votação única
na 08ª sessão Ordinária
com 16 (Dezesseis) votos favoráveis
e 0 (Zero) votos contrários
em 28 / 05 / 2025
EDIVILSON LEME MENDES
PRESIDENTE



Câmara Municipal de Cajamar

Estado de São Paulo

JUSTIFICATIVA

Nobres Vereadores,

O presente projeto visa fortalecer a formação política e cidadã dos jovens de Cajamar, promovendo a participação ativa no processo legislativo e incentivando a construção de uma sociedade mais democrática e participativa. A juventude tem sido, historicamente, protagonista de mudanças significativas e transformadoras em nosso país, sendo fundamental sua inserção nas discussões políticas e sociais desde a escola. O **Projeto Vereador Mirim** oferece aos jovens uma vivência concreta do papel do legislador e as funções do Poder Legislativo Municipal.

Com a implementação deste projeto, buscamos estimular os estudantes a se engajarem mais profundamente nas questões locais, desenvolvendo um espírito crítico e consciente da importância da política pública para o bem-estar coletivo. Além disso, o Projeto Vereador Mirim abre portas para a construção de um futuro mais participativo, empoderado e conectado com as necessidades reais da população de Cajamar.

Este projeto tem por objetivo não apenas a aprendizagem teórica, mas também a vivência prática dos processos legislativos, permitindo que os estudantes experimentem, na prática, o impacto de suas decisões para a sociedade. A Câmara Municipal de Cajamar, como representante do povo, se torna um palco de aprendizado, onde a juventude poderá construir uma visão mais ampla da democracia e da participação cidadã.

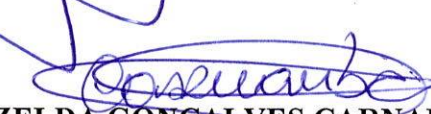
Assim, solicito o apoio de todos os vereadores para a aprovação deste projeto, para revogação da lei anterior desatualizada, a qual será substituída pelo projeto de resolução n. 07, de 12 de maio de 2025, em trâmite nesta Casa.

Plenário Ver. Waldomiro dos Santos – 12 de maio de 2025.

MESA DIRETORA


EDILSON LEME MENDES
Presidente


ALEXANDRO DIAS MARTINS
1º Secretário


IZELDA GONÇALVES CARNAÚBA CINTRA
2ª Secretária


FLAVIO MARQUES ALVES
3º Secretário

Av. Prof. Walter Ribas de Andrade, 555 – CEP: 07.750-000 – Cajamar – SP.

Tel/Fax: 4446-6148 / 4446-6420 / 4446-6844 / 4446-6866 / 4446-6066

www.camaracajamar.sp.gov.br

e-mail: cmdc.juridico@terra.com.br



Câmara Municipal de Cajamar

Estado de São Paulo

Parecer Nº 79/2025, da Comissão de Justiça e Redação, sobre o Projeto de Lei Nº 61, de 12 de Maio de 2025.

Projeto de Lei nº 61/2025, de autoria da Mesa Diretora, cuja ementa: "Revoga a Lei nº 1.265, de 5 de Dezembro de 2007, e dá outras providências".

1 - INTRODUÇÃO

Trata-se de análise técnica acerca do Projeto de Lei nº 61/2025, de autoria da Mesa Diretora, cuja ementa: "Revoga a Lei nº 1.265, de 5 de Dezembro de 2007, e dá outras providências," acompanhada de justificativa.

A propositura devidamente protocolizada na Secretaria da Câmara Municipal de Cajamar, após juízo favorável de admissibilidade nos termos do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Seguindo as regras regimentais pertinentes ao processo legislativo, a matéria foi remetida a essas Comissões para análise e emissão de parecer, com a distribuição de cópias aos Senhores Vereadores.

É o sucinto relatório

2 - ANÁLISE

Em análise à matéria em tela, e, com amparo ao parecer nº 130/2025 da procuradoria jurídica desta Casa Legislativa, a avaliação será adstrita a constitucionalidade, legalidade e juridicidade das proposições legislativas, deve continuar nos trâmites legais desta Casa.

Página 1/2



Câmara Municipal de Cajamar

Estado de São Paulo

Parecer Nº 79/2025, da Comissão de Justiça e Redação, sobre o Projeto de Lei Nº 61, de 12 de Maio de 2025.

Quanto à redação do Projeto em discussão, entendemos que não há incorreções e que o Projeto de Lei, respeita os padrões técnicos exigidos pela casa.

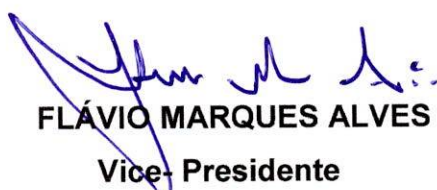
3 – CONCLUSÃO

Ante o exposto, opinamos pela admissibilidade do Projeto de lei nº 61/2025, apto a ser apreciado, quanto ao mérito, pelo plenário desta Edilidade.

É como votamos.

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO


ALEXANDRO DIAS MARTINS
Presidente


FLÁVIO MARQUES ALVES
Vice-Presidente


ELISON BEZERRA SILVA
Secretário

Página 2/2



PARECER DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Ref.: Projeto de Lei nº 61, de 12 de maio de 2025

Assunto: Revogação da Lei nº 1.265, de 5 de dezembro de 2007, e outras providências

1– INTRODUÇÃO

O presente parecer tem por objetivo manifestar-se, sob a ótica da Pasta de Finanças e Orçamento, acerca do Projeto de Lei nº 61/2025, de iniciativa da Mesa Diretora da Câmara Municipal, que propõe a revogação da Lei nº 1.265/2007, a qual trata de programa de integração educacional no âmbito da Escola do Poder Legislativo.

A proposta foi devidamente acompanhada de sua justificativa e submetida previamente à análise da Procuradoria Jurídica, que opinou pela sua constitucionalidade e legalidade, cabendo agora a esta Pasta avaliar os eventuais impactos financeiros e orçamentários decorrentes da revogação proposta.

2 – ANÁLISE

De acordo com o parecer jurídico nº 130/2025, o projeto não implica a criação de novas despesas ou ampliação de programas existentes. Ao contrário, a proposição visa à revogação de norma anterior sem previsão de substituição por iniciativa que acarrete novos encargos financeiros.

Conforme os termos da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), em especial os artigos 16 e 17, é exigido o demonstrativo de impacto orçamentário-financeiro apenas nos casos em que haja aumento de despesa. Como a justificativa do projeto afirma expressamente a inexistência de tal impacto, não se faz necessária, neste caso, a elaboração de estimativa de impacto financeiro.

Ressalte-se que, ao extinguir formalmente um programa, ainda que desativado na prática, pode haver eventual redução de encargos administrativos e orçamentários futuros, o que se alinha aos princípios da responsabilidade fiscal e da boa gestão dos recursos públicos.



Câmara Municipal de Cajamar

Estado de São Paulo

02/02

3 – CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Pasta de Finanças e Orçamento manifesta-se favoravelmente ao prosseguimento da tramitação do Projeto de Lei nº 61/2025.

Comissão de Finanças e Orçamento

CLEBER CANDICO SILVA
Presidente

SAULO ANDERSON RODRIGUES
Vice- Presidente

REINALDO DOS SANTOS
Secretario



Câmara Municipal de Cajamar

Estado de São Paulo

PARECER Nº 130/2025

Ref.: projeto de lei n. 61, de 12 de maio de 2025

Trata-se o presente protocolado de projeto de lei que “REVOGA A LEI Nº 1.265, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2007, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

A propositura é de autoria da Mesa Diretora da Câmara e vem acompanhada de justificativa.

É o relatório. Passemos à análise jurídica e à conclusão.

De início, cumpre destacar que a análise desta Procuradoria Jurídica fica adstrita à constitucionalidade, legalidade e juridicidade das proposições legislativas, a caracterizar uma avaliação exclusivamente técnica. Assim, não cabe a este órgão técnico-jurídico adentrar no mérito da proposição, isto é, realizar um juízo quanto à sua conveniência e oportunidade.

Nessa esteira, o projeto em epígrafe é **formalmente constitucional e legal** quanto à competência legislativa do Município. O Município detém competência para dispor sobre a adequação de programa de integração educacional no âmbito da Câmara, nos termos do art. 30, I, da CF, reproduzido no art. 9º, caput, e 23, I, da Lei Orgânica do Município.

Com relação à iniciativa de leis, o projeto também é **formalmente constitucional e legal**. A criação, adequação ou revogação lei que disponha sobre programa educacional na estrutura da Escola do Poder Legislativo da Câmara Municipal não está expressamente prevista nos art. 24, § 2º, e art. 47, II e XIV, da CE. É, na realidade, de competência privativa da Câmara Municipal, por resolução, consoante previsão expressa do art. 51, IV, da CF e do art. 12, VI, da Lei Orgânica do Município.

Sob a ótica da legalidade, não se verifica presente, nos termos dos artigos 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000, o relatório contendo a **Estimativa de Impacto Financeiro** referente a presente proposição, dado a ausência de aumento de despesa, como se extrai da justificativa.

Por fim, quanto aos demais **aspectos formais** da presente proposição, verificamos que o projeto contém todos os requisitos elencados pelo art. 141 do Regimento

Av. Prof. Walter Ribas de Andrade, 555 – CEP: 07.750-000 – Cajamar – SP.

Tel./Fax: 4446-6148 / 4446-6420 / 4446-6844 / 4446-6866 / 4446-6066

www.camaracajamar.sp.gov.br

e-mail: cmdc.juridico@terra.com.br



Câmara Municipal de Cajamar

Estado de São Paulo

Interno da Câmara. Está presente a ementa de seu objetivo, a enunciação da vontade legislativa, a divisão em artigos numerados, claros e concisos, a menção da revogação das disposições em contrário, a assinatura do autor e a justificação.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, por ser matéria de competência do município e observada a iniciativa, e ainda cumpridos os demais requisitos legais, **opinamos pela constitucionalidade e legalidade do projeto de lei em epígrafe**, que poderá ser apreciado, quanto ao mérito, pelo soberano Plenário.

Por se tratar de Lei Ordinária, **dependerá do voto da maioria simples dos membros da Câmara, em um só turno de votação** (art. 53 e 57 da Lei Orgânica).

É o parecer, s.m.j.

Cajamar, 13 de maio de 2025.

FERNANDO HENRIQUE MARTINS

Procurador da Câmara

OAB/SP n. 437.085



Câmara Municipal de Cajamar

Estado de São Paulo

VEREADOR	FAVOR	CONTRA
ADRIANO DONIZETE DE OLIVEIRA		
ALEXANDRO DIAS MARTINS		
CLEBER CANDIDO SILVA		
DIOGO DE CARVALHO UTSUNOMIYA		
EDER DA SILVA DOMINGUES		
EDIVILSON LEME MENDES	Presidente	Presidente
ELISON BEZERRA SILVA		
FLAVIO MARQUES ALVES		
IZELDA GONÇALVES CARNAÚBA CINTRA		
JOSE ADRIANO DA CONCEIÇÃO		
MANOEL PEREIRA FILHO		
MARCELO DA ROCHA SANTIAGO		
REINALDO DOS SANTOS		
SAULO ANDERSON RODRIGUES		
TARCÍSIO MOREIRA DE CARVALHO		
VINÍCIUS ZAGO JARDIM		
WILLIAM SILVA OLIVEIRA		



Câmara Municipal de Cajamar

Estado de São Paulo

FOLHA DE VOTAÇÃO

**PROJETO DE LEI Nº 61/2025 “REVOGA A LEI Nº 1.265, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2007, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
AUTORIA DA MESA DIRETORA”**

ÚNICA DISCUSSÃO

8ª SESSÃO

ORDINÁRIA

CERTIFICAMOS QUE A CONTAGEM DOS VOTOS DA PROPOSITURA ACIMA MENCIONADA, APRESENTOU O SEGUINTE RESULTADO:

16 (dezesseis) VOTOS A FAVOR 0 (zero) VOTO CONTRÁRIO 0 (zero) ABSTENÇÃO = SENDO, PORTANTO, APROVADO
POR

UNANIMIDADE



PRESIDENTE



1º SECRETÁRIO

28 de maio de 2025.

=====

OBSERVAÇÕES: ADOTOU-SE NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE:

1) QUORUM MAIORIA SIMPLES



Câmara Municipal de Cajamar

Estado de São Paulo

VEREADOR	FAVOR	CONTRA
ADRIANO DONIZETE DE OLIVEIRA		
ALEXANDRO DIAS MARTINS		
CLEBER CANDIDO SILVA		
DIOGO DE CARVALHO UTSUNOMIYA		
EDER DA SILVA DOMINGUES		
EDIVILSON LEME MENDES	Presidente	Presidente
ELISON BEZERRA SILVA		
FLAVIO MARQUES ALVES		
IZELDA GONÇALVES CARNAÚBA CINTRA		
JOSE ADRIANO DA CONCEIÇÃO		
MANOEL PEREIRA FILHO		
MARCELO DA ROCHA SANTIAGO		
REINALDO DOS SANTOS		
SAULO ANDERSON RODRIGUES		
TARCÍSIO MOREIRA DE CARVALHO		
VINÍCIUS ZAGO JARDIM		
WILLIAM SILVA OLIVEIRA		



Câmara Municipal de Cajamar

Estado de São Paulo - www.camaracajamar.sp.gov.br

AUTÓGRAFO Nº 2.338/2025

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAJAMAR faz publicar o seguinte AUTÓGRAFO:

A CÂMARA MUNICIPAL DE CAJAMAR resolve APROVAR, em seus termos o Projeto de Lei nº 61/2025, que “**REVOGA A LEI Nº 1.265, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2007, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**”.

AUTORIA DA MESA DIRETORA

Art. 1º Fica revogada a Lei nº 1.265, de 05 de dezembro de 2007.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Plenário Ver. Waldomiro dos Santos – Cajamar, 28 de maio de 2025.

MESA DA CÂMARA


EDILSON LEME MENDES
Presidente

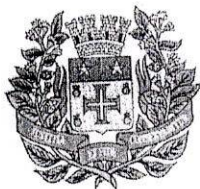

ALEXANDRO DIAS MARTINS
1º Secretário


IZELDA G. CARAUBÁ CINTRA
2º Secretário


FLÁVIO MARQUES ALVES
3º Secretário

Registrada na Câmara Municipal de Cajamar, nos termos do artigo 102 da Lei Orgânica Municipal, e publicada no Diário Oficial do Município.


RENATA DI NIRO PERISSOLI
Diretora do Legislativo



Câmara Municipal de Cajamar

Estado de São Paulo

Ofício nº 151 – GP

Cajamar, 23 de junho de 2025.

Excelentíssimo Prefeito,

Estamos enviando e Informando à Vossa Excelência, que a Câmara Municipal de Cajamar Promulgou a Lei nº 2.143 de 17 de junho de 2025, referente ao Projeto de Lei nº 061/2025 de autoria da Mesa Diretora, que originou o Autógrafo 2.338/2025, pelo qual o Executivo não sancionou.

Aproveitamos a oportunidade para renovar nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

EDIVILSON LEME MENDES
Presidente

Excelentíssimo Senhor,
KAUÂN BERTO SOUSA SANTOS
Prefeito Municipal
Praça José Rodrigues do Nascimento, nº 30
Centro – Cajamar/SP



Avenida Professor Walter Ribas de Andrade, 555 - CEP 07752-000 - Cajamar - São Paulo

15' 50



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE CAJAMAR - EDIÇÃO Nº 1460

Terça-feira 17 de junho de 2025

Página | 10

PODER LEGISLATIVO
<https://www.cmdc.sp.gov.br>

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 07 DE 13 DE JUNHO DE 2.025.

“Dispensa do comparecimento ao serviço os funcionários, bem como o expediente da Câmara Municipal de Cajamar, em dia que específica”.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAJAMAR, usando das atribuições que lhe são conferidas, especialmente as contidas na Lei Orgânica do Município de Cajamar e na Resolução nº 213 de 14 de dezembro de 2006 (Regimento Interno da Câmara Municipal) e, Considerando o Decreto Municipal nº 7.365 de 04 de dezembro de 2024, do Senhor Prefeito Municipal de Cajamar, dispondo, entre outras, dos pontos facultativos;

R E S O L V E

I - Ficam os funcionários desta Edilidade, dispensados do comparecimento ao serviço nos dias 20 de junho (sexta-feira), data que sucede Corpus Christi.

II - Não haverá necessidade de reposição futura em razão da dispensa dos referidos dias.

III - Não haverá expediente na Secretaria da Câmara Municipal para os mesmos dias.

IV - As despesas com a execução do presente Ato, serão cobertas com recursos próprios do Orçamento Vigente, suplementadas se necessárias.

V - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e Afixe-se

EDIVILSON LEME MENDES

Presidente

Registrada na Câmara Municipal de Cajamar, nos termos do artigo 102 da Lei Orgânica Municipal, e publicada no Diário Oficial do Município.

RENATA DI NIRO PERISSOLI

Diretora do Legislativo

LEI Nº 2.143, DE 18 DE JUNHO DE 2025

“REVOGA A LEI Nº 1.265, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2007, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

AUTORIA DA MESA DIRETORA

EDIVILSON LEME MENDES, Presidente da Câmara Municipal de Cajamar, Estado de São Paulo, no uso das atribuições legais: FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU, NOS TERMOS DO ARTIGO 33, INCISO IV DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, PROMULGO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica revogada a Lei nº 1.265, de 05 de dezembro de 2007.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Cajamar, 18 de junho 2025.

EDIVILSON LEME MENDES

Presidente



DIÁRIO OFICIAL DE CAJAMAR

E-mail: diariooficial@cajamar.sp.gov.br
Tel: (11) 4446-0036



Câmara Municipal de Cajamar

Estado de São Paulo

LEI Nº 2.143, DE 17 DE JUNHO DE 2025

“REVOGA A LEI Nº 1.265, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2007, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

AUTORIA DA MESA DIRETORA

EDIVILSON LEME MENDES, Presidente da Câmara Municipal de Cajamar, Estado de São Paulo, no uso das atribuições legais: FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU, NOS TERMOS DO ARTIGO 33, INCISO IV DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, PROMULGO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica revogada a Lei nº 1.265, de 05 de dezembro de 2007.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Cajamar, 17 de junho 2025.

EDIVILSON LEME MENDES
Presidente

Registrada na Câmara Municipal de Cajamar, nos termos do artigo 102 da Lei Orgânica Municipal, e publicada no Diário Oficial do Município.

RENATA DI NIRO PERISSOLI
Diretora do Legislativo